

**Feminismos Globais
Estudos de caso comparados
de Mulheres Militantes e Intelectuais**

BRASIL

Maria da Penha

Entrevistadora: Sueann Caulfield

**Fortaleza, Brasil
fevereiro de 2015**

**University of Michigan
Institute for Research on Women and Gender
1136 Lane Hall Ann Arbor, MI 48109-1290
Tel: (734) 764-9537**

**E-mail: um.gfp@umich.edu
Website: <http://www.umich.edu/~glbfem>**

© Regents of the University of Michigan, 2015

Maria da Penha, nascida em 1945 em Fortaleza, Ceará, é uma das principais líderes da luta contra a violência doméstica no Brasil. Agredida por seu marido, que, em 1983, tentou assassiná-la e deixou-a paraplégica, ela foi a primeira a conseguir levar com sucesso um caso de violência doméstica à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Essa denúncia resultou na condenação internacional do Brasil, pela tolerância e omissão estatal, com que, de maneira sistemática, os casos de violência contra a mulher eram tratados pela justiça brasileira. A partir de então, o Brasil foi obrigado a cumprir algumas recomendações, dentre as quais mudar a legislação brasileira para prevenir e proteger a mulher em casos de violência doméstica e punir o agressor.

Sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva, o governo federal, em parceria com cinco organizações não-governamentais, criou um projeto de lei contra a violência doméstica., Aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado Federal, ele foi, em 07 de agosto de 2006, transformado na Lei Federal 11340, conhecida como Lei Maria da Penha.

A contribuição de Maria da Penha nesta conquista das mulheres brasileiras tem lhe proporcionado várias homenagens, dentre as quais o prêmio “Mulher de Coragem”, concedido pelo governo norte-americano, a Ordem de Cruz de Dama de Isabel la Católica, condecoração concedida pela Embaixada do Reino da Espanha, e o Prêmio Direitos Humanos 2013, o principal outorgado pelo Governo Brasileiro no campo dos Direitos Humanos. Maria da Penha tem conferido palestras, seminários e entrevistas no Brasil e no exterior sobre direitos humanos, violência doméstica e acessibilidade a pessoas com deficiências de locomoção.

Maria da Penha é fundadora do “Instituto Maria da Penha – IMP”, uma organização não governamental, que visa, através da educação, contribuir para a conscientização das mulheres sobre os seus direitos.

Sueann Caulfield é Professora Associada do Departamento de História da Universidade de Michigan. Foi diretora do Center for *Latin American and Caribbean Studies* (LACS) (1999-2004) e atualmente dirige o *Brazil Initiative Social Science Cluster*. É especialista em história do Brasil contemporâneo, com ênfase em gênero e sexualidade. Ela recebeu vários prêmios e bolsas da *Fullbright Commission*, *National Endowment for the Humanities*, e *American Council of Learned Societies*. É autora de, entre outros, o livros *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, *Honor, Status and the Law in Modern Latin American History* (organizado em co-autoria com Sarah Chambers e Lara Putnam), e vários artigos sobre gênero e historiografia, e direito de família, raça e sexualidade no Brasil. Sua pesquisa atual versa sobre história da família, com particular ênfase na história da paternidade e legitimidade no Brasil do século XX. Ela é particularmente interessada no tema dos direitos humanos na América Latina, e vem participando de uma série de workshops, projetos transnacionais de ensino e intercâmbios sobre temas como justiça e ação social.

O **Projeto Global Feminisms**, localizado na Universidade de Michigan, foi iniciado em 2002 a partir de um financiamento para projetos interdisciplinares em parceria com instituições de outros países. O arquivo virtual inclui entrevistas com mulheres ativistas e intelectuais do Brasil, China, Índia, Nicarágua, Polônia e Estados Unidos. Nossas colaboradoras no Brasil são pesquisadoras do Laboratório de História Oral e Imagem – [Labhoi](#), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Núcleo de História, Memória e Documento ([NUMEM](#)) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). As entrevistas no Brasil foram realizadas com apoio do *Third Century Learning Initiative at the University of Michigan* e *the Brazil Initiative at the University of Michigan* e, no Brasil, da FAPERJ e do CNPq.

Sueann Caulfield: Estamos conversando com a Maria da Penha, a mais conhecida líder do movimento para combater a Violência Doméstica no Brasil e também no mundo. Ela teve como marca importante a passagem da lei nomeada por ela, Lei 11.340 de 2006. A Maria da Penha é responsável pela mudança significativa da consciência jurídica e política, não somente no Brasil, mas também em todos os países por ter sido a autora da petição contra o Brasil, feito na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA. Foi a primeira vez que essa comissão passou o assunto da violência doméstica, e o sucesso da Maria da Penha nesse fórum, resultou então na criação de jurisprudência fundamental no Direito Internacional e também Nacional. Então, eu gostaria de começar a conversa falando um pouco sobre a sua vida pessoal. Como foi a sua criação aqui em Fortaleza, como menina, como adolescente, como jovem profissional, enfim, especificamente como as relações ou as ideologias do gênero afetaram essa criação aqui em Fortaleza, como que foi aqui em Fortaleza?

Maria da Penha: Bem, eu fui criada, nasci numa época... 70 anos, né, que eu nasci. Exatamente porque eu fiz 70 anos domingo agora.

SC: Ah, parabéns!

MP: Ah, Obrigada! Numa época que a questão de gênero era muito rígida, né? As mulheres... A minha mãe por opção deixou de trabalhar para cuidar dos filhos, nós somos 5 irmãs, e eu já fui criada com a idéia de ter uma profissão, uma profissão e eu me formei em farmácia e bioquímica.

SC: Todas as 5?

MP: Todas nós 5 somos formadas. A minha segunda irmã é médica, a terceira é arquiteta, a quarta e a quinta são dentistas. Meu pai era dentista...

SC: Isso era comum na época?

MP: Sim, da nossa geração sim, minhas colegas, tive várias colegas de turma a maioria mulheres, né? Da faculdade.

SC: De farmácia?

MP: De farmácia. E que ainda hoje nós nos encontramos anualmente. Então assim, A minha turma, todas as mulheres da minha turma, trabalharam, se formaram e exerceram a profissão. Comigo aconteceu a mesma coisa. Então, quando eu fui para São Paulo fazer um curso de pós-graduação na área da Faculdade de Farmácia, Parasitologia e Análises Clínicas, lá eu conheci o meu agressor que era um estudante colombiano que estava cumprindo uma bolsa de estudos na Universidade de São Paulo na área da economia.

Conheci através de amigos comum, nós nos tornamos amigos, ele era uma pessoa muito querida pelo grupo, né? E muito prestativa, e a gente depois começou a namorar, nós casamos, nossa primeira filha nasceu em São Paulo foi a época em que eu terminei meu curso de mestrado, vim para a Fortaleza reassumir a minha função, que eu trabalhava no Instituto de Previdência do Estado do Ceará. E no momento em que ele conseguiu a sua naturalização como brasileiro, então ele mostrou sua verdadeira face. Então, eu já não o reconheci porque ele foi uma pessoa extremamente violenta, intransigente, e inclusive com as próprias filhas que eram crianças. E então nessa época, na década de 70 para 80 o movimento de mulheres do Brasil, começou a dar visibilidade aos casos de violência de assassinatos de mulheres, e as mulheres quando queriam se separar, não queriam continuar com o relacionamento, então elas eram assassinadas, é isso foi numa época em que quase aconteceu o meu assassinato. Eu estava dormindo, quando eu escutei um forte barulho dentro do quarto e tentei mexer e não conseguia e pensei: poxa o Marco me matou. Então, a partir desse momento eu fui cuidada pelos vizinhos, que viram que eu estava gravemente ferida e ele contou uma história de que tinha entrado assaltante na nossa casa, e os vizinhos me encontraram sentada no chão com o pijama rasgado e uma corda no pescoço. Então, houve uma simulação de assalto, quando ele disse que tinha enfrentado 4 assaltantes. Por conta desse fato, eu passei quatro meses hospitalizada, e quando eu voltei para casa eu fui mantida em cárcere privado. Até então a história que prevalecia era de assalto, e eu pensando... E eu até assim me surpreendi, de ver assim a falta de sensibilidade com a minha situação, e ele ser a mesma pessoa que eu tinha deixado antes. Continua com as grosserias, com as crianças e nesse curto espaço de tempo, de mais ou menos 15 dias eu sofri uma segunda tentativa de assassinato através de um chuveiro elétrico que ele propositadamente danificou. Então, nesse espaço de 15 dias eu consegui um documento de separação de corpos, que permitiu que eu saísse de casa sem perder a guarda das minhas filhas.

SC: Isso foi em que ano?

MP: Em 1983.

SC: Voltando só dois assuntos que a senhora tocou, a primeira é quando foi morar com ele já tinha uma filha e a outra nasceu já em Fortaleza?

MP: Não. Eu... Todas as três filhas são filhas dele, certo? Quando eu vim para a Fortaleza, é que nasceu... A minha caçula nasceu aqui em Fortaleza.

SC: Ah, as primeiras duas nasceram em São Paulo?

MP: Não, a segunda eu mal cheguei aqui e ela nasceu aqui. Foi logo quando eu vim, já vinha grávida. A terceira nasceu aqui...as duas nasceram aqui, mas a terceira eu engravidei aqui em Fortaleza.

SC: A senhora diria que a estrutura da família, a divisão de trabalhos era bastante tradicional ou já era mais dividida, ou mais igualitaria, como que era esse dia-a-dia assim, de cozinhar, as filhas?

MP: Não, não, em relação a isso era, a responsabilidade era toda minha, quando nós morávamos em São Paulo, antes do nascimento, a gente dividia tarefas, porque afinal, não tinham tarefas, né? Porque quando é só o casal, as tarefas são mínimas né? Mas, após o nascimento, sim, tudo ficou por eu que respondia por tudo, em relação, né, inclusive muitas vezes ele se recusava a me atender como aconteceu um caso de uma filha minha passar a noite com falta de ar, né, com uma crise, muito rouca, e tudo mais, e eu pedindo para ele me levar no hospital, e ele não levou simplesmente, precisou o dia amanhecer e eu consegui levá-la ao médico.

SC: E a senhora na época achava essa divisão, todo o trabalho de criação das filhas e cuidado com as meninas, é como a sua responsabilidade, mesmo que estava também trabalhando, também profissionalizando, achava, nessa época isso parecia normal? Todo mundo dividia assim, ou já era...?

MP: Não. Eu assumi, me antecipava até, porque como ele era uma pessoa muito violenta, não era recomendável ele cuidar das crianças, entendeu? Então eu assumi por esse lado, de uma proteção para elas.

SC: E, se lembra nessa época, porque a senhora disse que já estava acontecendo na sociedade, estava saindo nos jornais os assassinatos de mulher. Se lembra se nessa época a senhora se sentia atraída, ficou conhecendo informação sobre o movimento feminista da época isso era os anos 70, né? 60 para 70...

MP: 70 para 80 mais ou menos.

SC: Fez faculdade quando?

MP: Eu terminei em 66.

SC: Aí casou em São Paulo em que ano?

MP: 76 eu acho.

SC: Ah então, anos 70 lá em São Paulo, o começo do movimento feminista. A senhora se interessava por esse movimento, tinha algum conhecimento?

MP: Não. Não. O que me chamou atenção... assim, o movimento em si eu não tinha, mas quando começou a imprensa dar cobertura a essas manifestações, entendeu?

SC: Já contra a ditadura.

MP: Exatamente. E então eu me interei sobre isso e dois fatos ficaram, me despertaram para isso, o primeiro o caso do *Doca Street*, que foi um, né, em Angra dos Reis, era uma pessoa da classe alta, e que ele assassinou, e justificou como violência e emoção, né, porque ela não queria continuar o relacionamento. E o outro foi a Eliane de Grammont, aquela can... O marido dela o Lindomar, cantor, né, que também não aceitou a separação. E a partir desse momento...

SC: Ficou com a guarda dos filhos, não foi?

MP: Não sei.

SC: Eu acho que sim...

MP: Então, a partir desses exemplos que eu vi, que seu eu não tivesse visto o exemplo talvez tivesse sido até mais afoita, mas diante destes eventos eu me botei no lugar delas e achei que eu não tinha a condição de enfrentar uma separação litigiosa, eu tentei conversar e falar para ele: olha a gente não convive mais bem, você já não gosta de mim, porque se você gostasse não me trataria dessa maneira... Então, por que a gente não separa? E ele sempre recusou, entendeu? É tanto que vésperas do caso do meu quase assassinato, ele me pediu, numas das vezes, pediu para fazer um seguro de vida para ele, aí eu disse, para que isso? "Não, estou pensando nas nossas filhas." "Fazer um seguro porque alguma coisa lhe acontecer, as meninas ficam... Né? E se me acontecer também, você fica também... É. Confortável", aí eu disse não, entendeu? Mas aquele sexto sentido que a gente tem, entendeu? Aí uma outra vez ele, já bem pertinho, inclusive esse documento eu tenho, bem pertinho, ele me pediu para transferir o meu carro para um colega dele, e eu assinei em branco essa transferência, porque ele disse que estando assinando que o carro era meu ele levaria para a pessoa colocar o nome e os dados, né? E quando eu sai de casa eu encontrei esse documento na gaveta do escritório dele, entendeu? Era uma outra maneira de me surrupiar alguma coisa material, entendeu? Então, eu sai de casa por Ordem Judicial no momento em que ele viajou a trabalho, ele foi passar uma semana fora, e inclusive ele deixou um vigia armado na minha casa justificando que para uma segurança minha e das crianças, porque já que os ladrões tinham entrado na minha casa ele estando viajando poderia, entendeu? Mas o vigia dormiu só a noite, só uma noite, no dia seguinte eu estava a documentação em mãos, então eu sai de casa e fui para casa dos meus pais, certo?

SC: Com as meninas?

MP: E com as meninas. E aí ele quando ele tomou conhecimento eu liguei para o chefe dele, "o patrão dele", e comuniquei isso, e que a chave da casa estava comigo, que eu ia mandar deixar na casa do patrão dele, o patrão foi até a minha casa, eu contei o que tinha acontecido, e liguei para ele e disse, que eu tinha falado com o patrão dele, e que a chave não estava mais comigo. E a partir daí houve várias tentativas dele de querer voltar o

relacionamento, entendeu? Pedindo perdão, que ele estava até sendo muito grosseiro, assim, um absurdo, que dizer que, falar sobre isso que falar, comentar só aqueles últimos dias da maneira como ele me tratou, entendeu? Porque não tinha nada comprovado que tinha sido ele, e nem eu podia pensar nisso, porque a história estava contada, ele deu depoimento na polícia, todo mundo sabia da história, só que quando o processo foi reaberto, porque eu ainda não tinha dado o meu depoimento, e o delegado foi até a minha casa para tomar, continuar o inquérito, e então foi descoberto que tinha sido ele que simulado o assalto...

SC: E até aquele momento a senhora não sabia, suspeitava ou sabia?

MP: Não, eu não sabia, agora houve uma suspeita no momento em que eu fiquei em cárcere privado, e que eu tomei conhecimento de posicionamento da vizinhança, posicionamento das meninas que trabalhavam na minha casa, entendeu? Que estava havendo esse boato de que não tinha havido assalto, e que ele poderia ter sido o autor, entendeu? Porque todo mundo na rua começou a questionar o horário do que ele falou que foi assalto, tinha pessoas na calçada, não viram movimento, então todo mundo começou a analisar o depoimento dele, encontrou falhas, entendeu? E quando eu cheguei de Brasília, porque eu estava em tratamento num hospital em Brasília, eu tomei conhecimento através das meninas que trabalharam comigo, e a gente começou a colocar as pedrinhas nos lugares, entendeu? E ene coisas precisaram ser colocadas, que quando o delegado veio tomou o meu depoimento, aí depois tomou o das meninas, e esses depoimento a gente dá três, quatro vezes, que eles checam se é verdadeiro ou não...

SC: O depoimento das meninas?

MP: Das moças que trabalhavam, certo?

SC: Mas não é as crianças?

MP: Não, as crianças não, elas tinham entre 7 e 2 anos incompletos, né? A minha mais velha tinha seis anos e oito meses, eu acho, era pequena. Aí então... aí pronto, disse não a gente vai trabalhar no inquérito, o delegado, então mandaram chamá-lo e ele não sabia para que mandaram chamar não, foram buscar dizendo que o inquérito tinha que ser fechado, ia ser finalizado, e quando ele chegou e começou a ser perguntado ele não sabia mais o que tinha dito na primeira vez, que já faziam seis meses que tinham se passado, entendeu? Então, ele foi pego aí, ele entrou em total contradição de toda a história que ele tinha contado, com a história que estava sendo perguntado e com que ele estava respondendo, então ele foi indiciado como autor de tentativa de homicídio contra a minha pessoa.

SC: Agora se me lembrar, se me lembrar bem os detalhes, aí ele foi processado, foi condenado, mas ele saiu logo porque fez apelação, aí ficou muito tempo fora, liberou ele, foi assim?

MP: Isso, isso. É, exatamente, o primeiro julgamento demorou oito anos para acontecer, e nisso eu empurrando, procurando, muitos amigos me ajudaram a desengavetar, aí ele foi condenado, saiu do fórum em liberdade por conta de recursos, aí foi nesse momento que eu me senti apesar... aí sim, aí o movimento de mulheres já tinha sido criado na minha cidade.

SC: Qual era o nome da organização naquela época?

MP: Era o conselho Cearense dos Direitos da Mulher, certo?

SC: Tinha vínculos nacionais, ou era local?

MP: Não, era local, mas tinha vínculos nacionais, porque foi numa época em que começou a ter visibilidade, então foi criado o conselho, a primeira Delegacia da Mulher foi criado no ano 1986, o meu caso foi em 83, entendeu? Quer dizer...

SC: Mas que abriu em São Paulo, né? Ou já tinha aqui?

MP: Em São Paulo foi em 85...

SC: Em 86 já tinha aqui?

MP: Não, 86 foi a nossa em Fortaleza, entendeu? Então...

SC: Desculpe. A senhora foi para aquela delegacia para tratar desse assunto do seu processo ou não?

MP: Não, não, porque já estava a nível de tribunal, entendeu?

SC: Isso a primeira... né?

MP: É. aí pronto, aí para o julgamento que aconteceu oito anos depois do fato, que foi em 91 o julgamento, o primeiro julgamento, então eu já tinha o movimento de mulheres fazendo manifestação em frente ao fórum, levando o caso para a imprensa, entendeu? Dando visibilidade, aí ele foi condenado, mas saiu do fórum em liberdade por conta de recurso... Posso beber?

SC: Claro, à vontade.

MP: Você quer?

SC: Quero, obrigada. Surgiu o segundo tema que eu queria... Ah, desculpe, pode falar.

MP: Não, aí no momento em que ele saiu do fórum em liberdade, foi o momento em que eu tive assim uma depressão, fiquei muito chocada, e então eu escrevi o livro “Sobrevivi Posso Contar”, a intuição, e no dia de lançamento foi o que eu disse, que aquele livro o meu agressor tinha saído do fórum em liberdade, mas quem lesse o livro com certeza ia condená-lo e deixar aprisionado na sociedade, eu ia deixá-lo aprisionado na sociedade, né? Pela sociedade, ele ficaria preso pela sociedade, de quem lesse o livro. Aí passou, esse livro chegou às mãos de CEJIL que é do Rio de Janeiro, o CEJIL, e me ligaram perguntando se eu queria denunciar o Brasil na OEA? Na OEA, não é ONU, aí eu disse que sim, porque você...

SC: Então eles que contataram a senhora?

MP: Sim.

SC: Tinham lido o livro?

MP: Isso, porque eu não conhecia o CEJIL. Então o CEJIL em parceria com o CLADEM fez a petição e nós assinamos, CEJIL, CLADEM e eu, essa petição para a OEA, enviamos o livro e cópia do processo, o processo já tinha três volumes, dois volumes, enorme já, mas nós enviamos, e nesse momento eu fiquei tranquila, eu fiquei tranquila porque eu sabia que alguma coisa... eu tinha a certeza de que alguma coisa positiva ia acontecer, entendeu? Aí houve o segundo julgamento ele foi...

SC: Apelação?

MP: Ele foi novamente julgado, novamente condenado e saiu do fórum em liberdade por conta de recurso, certo? Durante esse período eu escrevi artigos...

SC: Tinha passado o que, uns dez anos, o que oito anos para primeiro julgamento?

MP: O primeiro julgamento foi em 91, e o segundo de 96...

SC: E ele em liberdade o tempo todo?

MP: O tempo todo, né?

SC: A senhora não temia pela vida?

MP: Não, eu tinha muito cuidado, eu não me expunha, entendeu? Eu sempre fiquei muito em casa.

SC: E as meninas, ele nunca ameaçou as meninas?

MP: As meninas também. Não, não, teve um momento em que ele tentou várias vezes, como e que dizem, levar elas para passeio, mas depois ele...

SC: Ele tinha direito de ver elas?

MP: Olha, direito tinha aquela quinzenal, porque o negócio é muito técnico, né?

SC: Sim.

MP: Muito técnico.

SC: A separação deixou elas em guarda sua?

MP: É...

SC: Mas que ele tinha que ver todo...?

MP: Mas como elas tinham muito medo dele... elas tinham, porque elas sofreram muito com ele também, né?

SC: Claro.

MP: Elas tinham, e eu disse para elas, se vocês não quiserem sair com o pai de vocês, quem manda em vocês agora sou eu, vocês não precisam ir, e sempre quando coincidia, aí assim eu fazia o jogo, dizia, oh, se vocês quiserem sair com ele sai, mas hoje a titia vai levar vocês para passear, vai para um aniversário. Então a gente sempre tinha uma alternativa que dava segurança a elas de dizer que queria ir para o aniversário com a mamãe, entendeu? Eu fazia sempre esse jogo, para evitar que ele ficasse com elas que eu não sabia, elas temiam ele, elas tinham medo, ele bastava olhar para elas, entendeu? Aí quando o segundo... Sim, e durante esse período, anualmente eu escrevia artigo no dia 08 de março, entendeu? Relembrando o fato. E quando aconteceu o segundo julgamento que ele saiu em liberdade o CEJIL já tinha os meus relatórios que eu mandava que estava acontecendo, aí foi o tempo em que houve... durante, foi em 97 que o processo chegou na OEA, e durante quatro anos a OEA enviou ofícios ao Brasil para se posicionar sobre este caso, em nenhum momento o Brasil respondeu, entendeu? Em parte, facilitou porque a burocracia deixou de existir, foi positivo isso, apesar de ter sido um caso negativo...

SC: Em que ano foi, foi em 97 quando entrou?

MP: Foi.

SC: Foi em 97. Agora quem era presidente, já era...?

MP: Foi do Fernando Henrique. Foi o Fernando Henrique, o Lula foi 2002 quando ele assumiu... né?

SC: Dois mil e dois. Então era Fernando Henrique ainda?

MP: É.

SC: E tinha o Ministério Público envolvido?

MP: Tinha, tinha, mas não houve... O Itamarati não é internacional, não é? As questões internacionais? Mas não houve resposta do governo brasileiro.

SC: Tinha também a Dona Ruth naquela época também grande feminista...

MP: Era, exato...

SC: E estava vinculado ao governo?

MP: É.

SC: Mas mesmo se essa questão oficial da resposta do estado não aconteceu?

MP: Não aconteceu, certo. Aí então o Brasil foi condenado, foi condenado internacionalmente a mudar as leis do país com a finalidade de que os casos de impunidade deixassem de existir, porque a impunidade dos agressores era muito grande, eu acho que dificilmente a gente tinha conhecimento de que o camarada tinha sido preso, podia até ser, mas saía em liberdade, né?

SC: É.

MP: Aí houve assim um silêncio ainda sobre isso, e o caso caminhando para prescrição, porque com 20 anos o crime prescrevia, aí já com a história do Presidente Lula já houve uma pressão para a prisão dele também, e então faltando seis meses para o crime prescrever ele foi preso, entendeu? Pelas pressões internacionais, foi preso, a pressão internacional e a nacional porque o nosso já era... então ele foi preso, a partir daí ele cumpriu dois anos de pena em regime fechado aqui no Ceará, que foi o local do crime, mas ele cumpriu o aberto, o regime semiaberto onde ele mora atualmente que é no Rio Grande do Norte, Natal, entendeu? E aí quando foi em 2006 aí o Presidente Lula era o primeiro mandato dele ainda, que são quatro anos...

SC: Sei.

MP: Ele entrou em 2002, em 2006 foi sancionado a "Lei Maria da Penha 11.340", esse projeto de lei ele foi trabalhado através de um consórcio de ONGs, por Secretaria da Mulher, trabalhou, fez um consórcio com ONGs que já trabalhava essa questão da violência...

SC: A senhora lembra quem era a secretária?

MP: Era a Doutora Nilcéa Freire, muito atuante, muito atuante.

SC: Chegou a conhecer bem ela através desse processo todo?

MP: Conheci.

SC: Ela veio aqui ou a senhora viajava a Brasília, como que foi?

MP: Não, no momento em que eu passei a conversar assim com a Ministra Nilcéa, a partir do lançamento da lei, da sanção da lei, antes foi através do projeto de lei que a relatora, a Deputada Jandira Feghali com esse projeto de lei ela percorreu várias assembleias legislativas estaduais para se situar se aquele projeto precisava de alguma mudança, de alguma coisa, teve até uma mudança que ela falou muito importante, que foi incluído aumentar a pena do agressor quando a mulher vitima já for uma pessoa com deficiência, essa pena do agressor ser aumentada, entendeu? Isso aí foi numa dessas audiências que foi colocado isso, e foi muito interessante, porque a mulher ainda é mais fragilizada quando ela tem uma deficiência, né?

SC: Sim, a vulnerabilidade.

MP: É maior.

SC: Bom, tem tantas coisas que eu queria já...

MP: Encaixando, né?

SC: Indo por partes. Primeiro eu estou muito interessada no processo assim pensando a primeira vez que ligaram do CEJIL para a senhora, ficaram como, esse processo do CEJIL soube por causa do seu livro?

MP: Foi.

SC: Então lá imagino pessoas que queriam já tratar desse assunto, já tinha os movimentos feministas já começando a focalizar no assunto da violência contra a mulher, já tinha criado a pressão para criar as delegacias da mulher, então isso acontecia paralelamente ao seu processo pessoal, então quando juntou essas duas coisas, o movimento nacional feminista, já começando a focalizar de uma forma bastante consistente no problema de violência doméstica, e o seu processo individual e as frustrações que estava sentindo com a justiça brasileira, o cruzamento desses dois, o pessoal com a política, aconteceu aí com essa ligação do CEJIL para a senhora, não foi?

MP: Isso.

SC: Então conta um pouco como foi essa ligação, quem foi que ligou, foi em sua casa, foi assim surpresa, você estava almoçando e aí chamou, como foi, quem foi?

MP: Não, são os pontozinhos que vão se encontrando, né? Quando eu fui lançar o livro, eu tive a apoio do conselho cearense de direito da mulher que era a Fátima Dourado a presidente, então...

SC: Esse que mencionou que já tinha formado aqui...

MP: Hein?

SC: Aqui em Fortaleza.

MP: É. A Fátima Dourado era amiga do Deputado Mário Mamede, Deputado Estadual, e o Deputado Estadual criou a comissão dos direitos humanos da assembleia...

SC: Do Ceará?

MP: Do Ceará, ele era o presidente, ele criou, e os casos de violação de direitos humanos chegavam até a ele através dessa comissão. Aí o que é que acontece...

SC: Em 1990 e pouco?

MP: Não, 90 não, foi... Exatamente, é 91, depois do julgamento, foi em 91 o julgamento, né? Que já estava com o conselho da mulher. Quando eu tive a ideia de escrever o livro aí eu falei para a Fátima, liguei para ela, Fátima eu estou escrevendo um livro, depois eu quero que você leia, certo? Porque eu quero deixar registrado o que aconteceu comigo, aí o livro foi trabalhado, um amigo meu me ajudou a fazer o livro, assim, que ele era escritor, então ele me ajudou, e esse livro o Mário Mamede participou do lançamento dele, entendeu? Ele participou.

SC: Então, foi qual editora?

MP: Foi uma editora local assim, não teve a editora, eu não sei nem se ela ainda existe ainda, que foi esse meu amigo que é escritor que disse, vamos imprimir nessa gráfica, aí nós fizemos. Aí pouco tempo depois o CEJIL entrou em contato com a Assembleia Legislativa para trazer, eu acho que foi na época da criação do CEJIL, para mostrar que o CEJIL existia, entendeu? Aí chegou aqui em Fortaleza e foi dar um curso, foi fazer uma capacitação sobre o que era o CEJIL, e quais as causas que o CEJIL assumiria para levar na esfera internacional. Aí a secretária do Mário Mamede foi representar o Mário Mamede, e quando chegou disse, Mário, o caso da Penha se encaixa no CEJIL, porque todas as instâncias internas já foram esgotadas, e eu acho que você devia conversar com CEJIL sobre isso, aí o Mário liga para o CEJIL ou ainda estava aqui, eu sei que Mário entrega o livro para o CEJIL, e disse que o poder judiciário do Ceará é o mais corrupto do Brasil, em todos os sentidos, e é, entendeu? E como CEJIL trata casos da justiça inoperante era com o CEJIL, então pronto, eles adoraram o CEJIL, e nem com uma semana eu recebi uma ligação, só que eu sabia que

já tinha sido entregue, que o Mário me perguntou, oh Penha, está acontecendo isso, posso entregar o seu livro? Pode. Entendeu? Deve.

SC: Sim.

MP: Deve.

SC: Então para o CEJIL foi perfeito. Se a senhora sabe se era o interesse do CEJIL, era por causa da corrupção da Justiça no Ceará, ou era por causa do assunto “violência doméstica”?

MP: Não, eu acho que era por causa da questão da impunidade mesmo...

SC: Seja qual for?

MP: No caso, está caracterizado a impunidade contra a mulher, né?

SC: Sim.

MP: Violência contra a mulher.

SC: Você lembra quem foi que ligou?

MP: Olha, do primeiro momento tinha a Beatriz Gallo que eu acho que foi ela que deu pontapé inicial, foi a ela que o livro chegou porque ela era representante do CEJIL na época, entendeu? Depois ficou a Liliana Tojo, depois de algum tempo a Liliana Tojo assumiu já lá na esfera de Washington já, eu acho que já, entendeu? Porque primeiro eu acho que mandam, né, eu não sei como é o sistema, certo. Aí a Liliana Tojo...

SC: É feito uma petição para ver se vai ser aceito para...

MP: Pois é. aí com a Liliana até o Mário me lembrou um dia desses a gente conversando com ele...

SC: Tem ele como amigo, a senhora tem?

MP: Não, a gente não tem muita amizade, mas é porque o instituto está produzindo...

SC: O seu instituto, o instituto da mulher?

MP: É, exatamente. A gente está produzindo um material, e esse material a gente gravou a fala do Mário, como a da Fátima Dourado também, ele como e que se diz, colocando como me conheceu, e as dificuldades que ele teve no meu caso, entendeu?

SC: Ah, sim. E isso está no site?

MP: Não, não, nós estamos gravando e fazendo...

SC: Estão fazendo atualmente?

MP: É, entendeu, foi feito agora no fim do ano passado. Aí o Mário estava fazendo a gravação, ele contando para a gravação, e eu estava presente, aí ele disse que... Opa me passou, me passou, mas depois eu me lembro, uma coisa interessante que eu queria dizer para ti... Sim, aí ele disse assim, quero dizer Penha, eu não sei se você lembra, que essa data eu nunca vou esquecer, a Liliana Tojo estava vindo dos Estados Unidos...

SC: A Liliana é quem? Eu esqueci.

MP: A Liliana do CEJIL.

SC: Do CEJIL.

MP: Que na época assumiu também. Aí ela estava vindo dos Estados Unidos... não, ou era dos Estados Unidos ou era do Pará, não, eu acho que era de Belém do Pará que ela vinha, parou aqui para daqui para a Argentina, para São Paulo, porque ela é argentina, mora em São Paulo, eu tenho impressão que é isso, certo? Aquela convenção, que ano foi a convenção?

SC: A convenção é 94, se eu não me engano, agora eu tenho que lembrar...

MP: Não sei, porque...

SC: A Convenção do Belém do Pará, Convenção...

MP: Certo, eu não sei.

SC: Convenção contra todas as formas de discriminação, enfim...

MP: Pois é, eu não sei se ela vinha de lá, eu não sei, eu sei que ela estava de passagem para São Paulo e mandou parar aqui, foi dia de Natal, dia 24, aí o Mário, Penha tu não se lembra não, que foi no Natal, eh Ceci, naquela coisa que o Mário contou naquela gravação, a Liliana a gente se encontrou no hotel foi no Natal dia 25, não foi? Pois é, certo?

SC: E ela estava vindo dos Estados Unidos?

MP: Não, eu não sei se ela estava vindo de Belém ou estava vindo dos Estados Unidos, eu sei que ela ia para São Paulo.

SC: Conceição, você se lembra a data da Convenção de Belém do Pará, Convenção Contra Violência contra a mulher? Ah, procura aí...

MP: Pois é, aí entendeu, aí ele falou isso...

SC: Ela estava na convenção?

MP: É, não sei, não lembro mais.

Conceição: Eu acho que era '94.

SC: '94, né? Veja aí no telefone a convenção qual a data. Quer dizer, mas não vai adiantar, porque a data que foi aceita a convenção não seria a mesma data que as pessoas estão redigindo, né?

MP: Exato. É, porque ela já estava vindo com alguma notícia...

SC: Sobre aquilo?

MP: Sobre aquilo, né? Aí nós fomos no hotel que ela estava, eu e o Mário, entendeu? Conversar com ela, tudo mais, aí... Sim, não era isso que eu ia te dizer... Mas você estava perguntando o que mesmo?

SC: Eu estava perguntando sobre esse processo, sobre como, quem era dentro do CEJIL, se era impunidade geral, ou era especificamente assunto de violência doméstica?

MP: É, eu tenho impressão de que por exemplo, o assunto seria violação dos direitos humanos com o foco na mulher, que o meu caso se reflete a isso.

SC: É, realmente, porque aconteceu justamente quando estava sendo, seja qual for a data exata que foi colocada a convenção, as conversas sobre a criação dessa convenção estava sendo feito...

MP: Talvez para orientar...

SC: Então ela estava envolvida, se você se lembrar bem, ela estava envolvida nessas conversas sobre a convenção?

MP: Eu tenho impressão, né. Aí ela veio, como ela ia passar por aqui, ela me contatou tudo mais, eu falei com o Mário, e nós fomos até o hotel, e ela dizendo que estava tudo sendo encaminhado como deveria, entendeu? Está, está. Aí olhe, quando em 2001 a Liliana me ligou para dizer Penha, o CEJIL reconheceu que o Brasil precisa mudar muita coisa, e você vai receber a imprensa de São Paulo, nós estávamos mandando para lá para São Paulo para release do caso, e elas vão até aí, o Estadão vai até aí fazer uma entrevista com você, está certo, Ave Maria, eu não disse que ia acontecer alguma coisa, viu, eu fiquei muito feliz, aí liguei para o Mário, o Mário era Secretário de Saúde do município aqui perto, aí eu liguei lá para assembleia, tinha me dado o telefone do Mário, quando eu liguei ele disse Penha eu estou arrepiado, eu digo, imagina eu, né, aí pronto, aí pronto, aí começou, eu acho que ninguém acreditava, que as notícias de jornal tudo mais, mas eu digo cá comigo, agora as coisas vão acontecer, e foi mesmo, viu.

SC: E como foi o processo, a senhora teve que ir até Washington...?

MP: Não, não, tudo por escrito, tudo documentado, agora eu fui há três anos atrás eu fui a Washington, as meninas do CEJIL me levaram, e para a gente colocar a dificuldade de implementação da lei, entendeu?

SC: Ah, sim.

MP: A dificuldade das pessoas entenderem que a mulher precisa ser resguardada, então nós colocamos dois casos muito tristes, fora outros que a gente sabia que tem, mas esses são famosos, daquele do Goleiro do Flamengo, que a mulher denunciou, registrou, né, e é assassinada porque uma juíza rapaz disse que ela não tinha uma relação estável, aonde e que se viu isso, que classe de juíza é essa, e o caso do goleiro, e o caso de uma cabelereira que morava vizinho o agressor dela, e que ela já tinha... Em Minas Gerais isso, ela já tinha denunciado várias vezes e o camarada não tinha sido preso, aí entrou lá e deu, matou na hora do trabalho, entendeu? Quer dizer, aí como e que você quer que as outras mulheres se estimulem a denunciar se dois casos dessa mostra que não houve um descaso total, né?

SC: Então, já surgiu o segundo, o próximo tema que eu queria tratar, que era depois desse julgamento na comissão, e aí veio essa resposta para o Brasil, o Brasil ainda demorou, essa é uma coisa que eu não entendo, porque eu leio aquele processo, eu li várias vezes, inclusive os meus alunos, mando eles fazerem trabalho sobre isso, inclusive elas vão ver esse vídeo, elas estão super animadas para verem a entrevista.

MP: É?

Conceição: É junho de 94

SC: Noventa e quatro, é, eu achava que era 94 mesmo, então de repente ela estava vindo de lá.

MP: É, exato.

SC: Então, de repente a cerimonia de sei lá...

MP: Não, não, mas... maio de 94,

Conceição: sei que foi em dezembro

MP: Foi isso Ceci? Não foi depois que nós demos entrada, em noventa e sete... ela podia até ter ido a Belém, só para averiguar alguma coisa sobre a convenção, né, mas não foi por conta...

SC: Depois a gente entrevista ela para a gente saber, já vai ter a história de várias perspectivas. Mas eu estava dizendo, eu leio esse processo, que está no site... da

comissão, você clica, aí tem todos os processos, então a gente usa, e uso esse processo muito nas minhas aulas lá, porque tem em inglês, então as meninas leem, interpretam, analisam. E o que sempre me perguntam são duas coisas, primeira coisa que sempre me perguntam, a senhora já respondeu. Como que os processos chegam até lá? Agora a gente tratou desse assunto. A segunda é, mas por que se o Brasil tinha Secretaria da Mulher, Secretaria de Defesa de Direitos Humanos, se o Brasil concordava com o resultado do processo, por que demorou tanto para dar resposta, porque a gente vê naquele processo, no site da comissão que a CEJIL reclama, reclama, reclama que Brasil não está fazendo as devidas medidas para... Isso antes da lei, isso antes de passar a Lei em 2006.

MP: Já existe nesse sentido uma cobrança?

SC: Já, naquele documento a CEJIL está todos os anos faz o relatório sobre o que está acontecendo com esse processo, com esse caso, aí a CEJIL vem e reclama que o Brasil não está fazendo as devidas medidas, isso em 2003, 2004, 2005, aí finalmente tema lei que é um grande marco. Então, o que aconteceu entre o processo, que saiu o resultado da petição da comissão e 2006. com a Lei Maria da Penha, esse intervalo? Ou seja, como que conseguiram finalmente essa lei a partir de mobilização de grupos feministas ou CEJIL?

MP: Eu acredito, eu acredito, sabe, que tenha sido as organizações, as ONGs que trabalha essa questão que estão presente, por exemplo, deve ter estado presente na Convenção Belém do Pará, eles devem estar presente, e que quando houve a criação da secretaria e com o pedido, a obrigação que o Brasil tinha que mudar leis, então a Ministra Nilcéa conseguiu organizar essas ONGs em consórcio, houve um consórcio e que foram analisar tudo que existia de projeto em reverência a mulher, questão da violência, entendeu? E foi transformado tudo isso num projeto de lei, entendeu, e esse projeto de lei foi aprovado nas audiências das assembleias legislativas, foram modificadas algumas coisas como eu te falei, e na volta houve aprovação da câmara federal tanto do senado como da câmara, o senado aprovou o projeto de lei, e a câmara também.

SC: E a redação da lei, foi a partir dessa organização dos ONGs?

MP: Isso.

SC: Ou seja, teve a participação da sociedade civil na discussão de como deveria ser reatado essa lei?

MP: Isso, e porque, por exemplo...

SC: Tinha vários congressos sobre o assunto?

MP: Eu não acompanhei de perto isso, entendeu? Por que, porque no meu entender no momento em que existe um grupo trabalhando isso para implementar, então esse grupo é mais do que capaz, porque ele já tem trabalho, né?

SC: Sim.

MP: Quer dizer, o que eu fiz, eu participei da audiência que houve aqui, e o que eu pedi na audiência, eu disse assim, olha, o que eu gostaria que tivesse, que constasse, que ficasse entendido de que, qualquer pessoa pode denunciar uma mulher vítima de violência doméstica, que não parta só da mulher, entendeu? Inclusive que o anonimato seja aceito, porque muitas vezes as pessoas não querem se envolver naquela briga ali, e não querem se envolver, por que, porque teme ao agressor também, principalmente se for parente, né? Então eu coloquei isso na assembleia que houve aqui no estado do Ceará, entendeu? E é tanto que o tribunal, eu acho que houve alguma coisa nesse sentido que o tribunal, o STJ confirmou que realmente qualquer pessoa pode denunciar, né, uma mulher vítima da violência doméstica, para poder essa mulher ser protegida, e esse seu agressor punido.

SC: E alguns juristas depois da passagem dessa lei, alguns juristas discordaram da lei, alegando que era anticonstitucional porque trata somente da violência contra a mulher, quando devia ser qualquer violência doméstica. O que a senhora acha sobre isso, um homem poderia se beneficiar com essa lei, ou seja, um homem que é vítima de violência doméstica pode processar o agressor com base nessa lei?

MP: Não, na base da lei não, mas ele pode denunciar a sua agressora, entendeu? Porque para isso existe as delegacias comuns, quer dizer, o que é feito para atender a lei atende exatamente só quando a vítima é a mulher, por que, porque ela é em maior número, porque ela é a mais frágil da história, porque precisa haver esse entendimento, porque a cultura machista não iguala homem com mulher, na nossa cultura o homem é superior a mulher e pode fazer o que quiser, e era o que existia até antes da lei, e as mulheres nunca foram justificadas, né.

SC: Outra marca dessa lei, que foi pela primeira vez nomeado especificamente que independe da orientação sexual da pessoa que esta sofrendo a violência, ou que estar envolvida nas relações familiares, isso pelos ativistas LGBT, pelos juristas foi grande marco, foi a primeira vez que orientação sexual foi reconhecida como fator, e nas relações domésticas no Brasil, e foi primeira vez que a família foi definida dessa forma, podendo incluir as pessoas independente da orientação sexual. A senhora tem alguma opinião sobre esse fato, desses serem incluídos na lei como em uns dos parágrafos, ou se acha que isso teve alguma importância?

MP: Não, eu acho que é importante, porque senão você deixa a mulher que sofre violência, e que ela é lésbica você deixa ele fora do controle do estado, você deixa ela fora da proteção, né, se isso realmente existe a gente tem que saber respeitar, né?

SC: E mudando o assunto para depois da passagem dessa lei, a senhora criou o Instituto Maria da Penha para continuar a combater contra a violência doméstica, já o nível não só local como nacional, e o que acha que foi o impacto dessa lei, como impactou a situação e a prevalência de violência doméstica, tem melhorado a situação de alguma forma, ainda tem muitas lacunas?

MP: Olha, o que eu acho é o seguinte, os gestores públicos na sua maioria são homens...

SC: Ainda hoje?

MP: Ainda hoje, infelizmente a maioria dos homens são machistas, então a minha interpretação... para eu dizer isso aqui, para eu dizer isso para você que é machista, eu estou refletindo as pesquisas, entendeu? Por que a maioria dos nossos municípios não tem a política pública que atenda a mulher em caso de violência, porque o gestor não trabalha nesse sentido, por que só depois de oito anos e que todas as capitais brasileiras conseguiram criar os equipamentos que atendem a lei, porque o gestor é machista, então não é interessante, ele não acha que não é necessário, né. Então, é muito machista interferindo na não aplicabilidade da lei, e isso a gente precisa mudar através da educação, entendeu? Inclusive umas das recomendações da OEA ainda não foi implementada, que é a recomendação nº 04, que é levar para as escolas a questão do reconhecimento, a questão do respeito, do respeito ao gênero, respeito que todos tem direitos iguais, nós somos só fisicamente diferente, mas em direitos nós somos iguais, nós temos funções orgânicas diferentes, mas em direitos nós somos tão capazes quanto o homem, e eu conto esse exemplo nas minhas palestras que eu já viajei muito com mulheres piloto, piloto de avião, né?

SC: Sim, é.

MP: E em qualquer profissão você vê que a mulher se destaca até com muito mais, né?

SC: Mas então essa lei fez uma diferença, o fato de estar reconhecido na lei que isso é uma ofensa muito importante que não vai para a corte especial de menos peso?

MP: Eu acho sim que aos poucos o envolvimento da sociedade e a imprensa, inclusive com a imprensa destacando é muito importante, porque vai melhorar sim a vida das mulheres no sentido em que elas vão se encorajar e denunciar, e também muitos homens vão repensar as suas condutas, eu coloco o exemplo quando o estado sabe cumprir o seu papel, a violência diminui. Quando numa comunidade o policial chega e prende aquele homem em flagrante, todos os outros repensam a sua conduta, e vice e versa, quando isso não acontece

as mulheres desacreditam no poder de estado, não denunciam mais, e os homens continuam fazendo as mulheres o que eles querem.

SC: Isso está acontecendo no Brasil?

MP: Está, está.

SC: E finalmente para essa parte, pode falar um pouquinho sobre o instituto, como e quando, e por que foi criado, e qual é o trabalho, e o que tem feito até agora, quais são os objetivos principais alcançados e ainda por alcançar?

MP: Bem, através do instituto a gente começa a dar mais visibilidade...

SC: Me desculpe, foi criado em que ano?

MP: Em 2009. A gente quer dar mais visibilidade a questão da violência contra a mulher do enfrentamento, entendeu? Então a gente tem mostrado através da educação na universidade, né, em todas as profissões nós temos um projeto que é o curso que é dado na universidade, entendeu? E que qualquer universitário pode se inscrever nesse curso e ter um ano, uns seis meses de orientação de como conhecer uma mulher vítima da violência doméstica, de como aplicar a Lei Maria da Penha, o que é comum encontrar, entendeu?

SC: Para aluno de direito?

MP: Qualquer aluno.

SC: Qualquer área?

MP: Qualquer área, porque o médico precisa saber disso, o médico precisa fazer notificação compulsória, o enfermeiro também, o enfermeiro auxiliar de enfermagem precisa identificar aquela mulher que está ali envergonhada porque foi vítima de um estupro, saber identificar, saber conversar, saber encorajar essa mulher, saber atender essa mulher, fazer a notificação compulsória, entendeu? É isso o instituto pretende levar essa informação através da universidade, de um curso dessa maneira, nas escolas, entendeu? Levar isso, a importância para as crianças de dizer que o irmão não pode bater na irmã, né, o pai não pode bater na mãe, levar essa informação, a informação para os professores que por que mandam os professores mandam os menininhos para o recreio, as meninas ficar para limpar o quadro negro para aprontar a sala para o próximo. Para as mães, por que é que você manda seu filho brincar na rua e deixa sua menina, vá lavar a louça? Isso aí a gente, né... É colocado isso e é aquilo, quem escutou passa para frente, é assim vai enquanto o estado não assume o seu papel realmente.

SC: Assume a sociedade civil...

MP: Exato.

SC: E como foi financiado o instituto e como foi pensado, a senhora sozinha teve a ideia ou foi a partir de conversas com outras pessoas?

MP: Não, a ideia partiu da nossa coordenadora pedagógica, que ela é professora universitária e colocou para a gente o que ela pretendia e que seria bom a gente criar o instituto tudo o mais e a gente se animou com isso, aí a gente trabalha mais no voluntariado, trabalha muito no voluntariado, e temos uma equipe muito pequena que faz toda diferença também, porque tem a Conceição de Maria que trabalhava numa empresa, e veio trabalhar com a gente, que ela é envolvida... Conceição está aí (...) a minha filha trabalha, é, a Cláudia é minha filha, é a do meio.

SC: A Cláudia é sua filha?

MP: É.

SC: Eu não vou conhecer.

Conceição: Ela foi buscar a filha dela na escola e vai passar aqui na volta.

SC: Está, é que eu falei muito com ela por internet, ela foi super gentil.

MP: E temos uma funcionária do instituto a auxiliar aqui que cuida... ela recebe as ordens da Conceição, a secretária, certo? Faz a parte de secretariado e eu na medida em que posso estou aqui ajudando as meninas e trocando ideias e querendo voar mais do que eu posso e elas me puxando para o chão.

SC: E deixa eu fazer só uma pergunta, a senhora falou, a gente teve essa ideia e queria junto com a pessoa... como que chama que era pedagoga?

MP: Ah sim, a Coordenadora Pedagógica, e ela começou lá em Pernambuco, ela é coordenadora do curso do DDDC, que é o Curso Defensores e Defensoras do Direito à Cidadania.

SC: Ela dá aula para universitários?

MP: Na universidade ela faz isso.

SC: Então ela é professora universitária.

MP: Exato. Então ela faz essa parte, então ela tem alunos de todas as áreas que querem, porque é um curso gratuito para os universitários da faculdade que ela ensina.

SC: E ela ensina em Pernambuco?

MP: Em Pernambuco.

SC: E ele teve essa ideia de fazer aqui...?

MP: Aqui também, mas aqui a gente faz com o pessoal, é o instituto que organiza o curso, agora, lá ela que é a orientadora mesmo, entendeu? Porque ela já é professora...

A sede do instituto é em Fortaleza, o instituto foi criado aqui, mas como ela reside lá e é professora universitária ela quis desenvolver um curso do instituto lá, mas o instituto é de Fortaleza.

SC: Então, o instituto aqui ela...

MP: Como ela é professora universitária ela aproveitou...

SC: Ela é do Recife?

MP: Ela é.

SC: Será que eu falo com ela?

MP: Ela hoje está em Portugal. Ela está fazendo doutorado em Portugal.

SC: Que pena. E quando a senhora fala a gente, quem é a gente? Além da senhora a sua filha já estava querendo estar envolvida?

MP: É, mas assim, são meus genros.

SC: Ah é, que legal.

MP: Meus genros e minhas duas outras filhas, todas são conselheiras e vem para as reuniões, a gente toma decisão juntas, entendeu? As decisões são todas tomadas com esse grupo.

SC: Que legal.

MP: Tenho colegas também que são conselheiras, colegas de faculdade que a gente mantém um relacionamento, que aceitaram.

SC: Interessante.

MP: É.

SC: Só mais uma pergunta, já sei que está sendo longa a entrevista, eu poderia ficar horas mais que eu achei fascinante, muito interessante mesmo. A outra é essa pergunta geral que para o projeto a gente gosta de perguntar a todas as entrevistadas para poder comparar como são essas respostas. A senhora se

considera feminista, e o que é feminismo? Aqui no Brasil, no exterior, como quiser interpretar essa pergunta e essa palavra, feminismo?

MP: Olha, eu sou uma defensora dos direitos da Lei Maria da Penha, e defensora das mulheres vítimas da violência, é o que eu sou.

SC: Está bom, muitíssimo obrigada, foi maravilhoso, agradeço mesmo.

MP: Coisa boa que você...

SC: Encerramos aqui, pode desligar. Desligou?

MP: Eu que agradeço.